



Discurso, biopolítica e modos de subjetivação do idoso na pandemia

Marluce Pereira Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<https://orcid.org/0000-0002-2300-4659>

Edgley Freire Tavares

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)

<https://orcid.org/0000-0002-1714-4946>

RESUMO

Neste artigo, problematizamos, em discursividades da pandemia da COVID-19, a elaboração de subjetividades idosas como alvo de uma biopolítica. O percurso analítico partiu das teorizações foucaultianas sobre o discurso e o sujeito, articulando pressupostos teórico-metodológicos do campo dos estudos da linguagem e de outras áreas das ciências sociais. Interrogando os mecanismos linguísticos, os jogos de memória e os efeitos de sentido que singularizam gestos de interpretação da pandemia que colocam os modos de subjetivação do idoso em posição referencial, objetivamos mostrar diferentes regimes de verdade e suas relações de saber e poder materializadas nos enunciados do acontecimento discursivo da pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Subjetividades idosas; Pandemia; Biopolítica

Discourse, Biopolitics and Means of Elderly Subjectivity During The Pandemic

ABSTRACT

In this article, we discuss the elaboration of elderly subjectivities as a target of biopolitics in the COVID-19 discourse. The analytical path started from Foucault's theories about discourse and the subject articulating theoretical and methodological assumptions in the fields of language studies and other areas of social sciences. Interrogating the linguistic mechanisms, the games of memory and the felt effects that single out gestures of interpretation of the pandemic that put the elderly subjectivation modes in a referential position, we aim to show different regimes of truth and their relations of knowledge and power materialized in the statements of the pandemic discursive event.

KEYWORDS: Discourse; Elderly subjectivities; Pandemic; Biopolitics



A biopolítica enquanto tal, com efeito, é constitutiva da nossa tradição social há pelo menos duzentos anos, sendo a matriz epistêmica e política que delineou todo o processo de medicalização do Ocidente.¹

(Joel Birman, Psicanalista)

1. Introdução

*Esta é uma situação de guerra. O idoso tem que ficar em casa.*²
(Claudia Burlá, Geriatra)

O ponto de articulação fundamental deste estudo é a problematização em discursividades da pandemia da condição do sujeito idoso como alvo de uma biopolítica, entendida como arte de governar que opera por uma racionalidade em torno “dos problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (FOUCAULT, 2008, p. 431).

O percurso analítico aqui proposto, inspirado centralmente nas ideias de Michel Foucault sobre o sujeito e o discurso, articula pressupostos teórico-metodológicos dentro e fora dos estudos da linguagem, objetivando mostrar diferentes modos de constituição do sujeito idoso em práticas discursivas da pandemia. Para tanto, interrogamos o acontecimento discursivo da pandemia com base nas seguintes questões: quais mecanismos linguísticos, jogos de memória e efeitos de sentido marcam a produção da subjetividade idosa nas discursividades da pandemia? Como as táticas do biopoder constituem condições de possibilidade e regras de formação, no eixo extralinguístico, para a formulação e a circulação das séries enunciativas constitutivas do nosso *corpus* de análise? Quais efeitos de verdade se materializam nas discursividades que colocam como referente a pessoa idosa no decurso da resposta à pandemia no âmbito do Brasil?

A problematização dos modos de subjetivação na velhice no acontecimento da pandemia buscou lançar luz sobre uma questão fundamental do nosso tempo. E, como se verá, a escrita da análise foi organizada em três partes, além da introdução, que representam recortes e aspectos do arquivo da pandemia, a partir dos quais demarcamos e descrevemos regularidades em torno do modo como o idoso e suas formas de ser e de agir tornaram-se objetos de discurso na atual crise epidemiológica.

¹ BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 256.

² <https://www.mediapress.com.br/esta-e-uma-situacao-de-guerra-o-idoso-tem-que-ficar-em-casa-afirma-geriatra>.



2. Biopoder, práticas discursivas e o sujeito idoso: primeira escansão analítica

Um jornal de Joinville/SC, Brasil, exibe a seguinte manchete: *VÍDEO: idosa desrespeita decreto e força entrada em shopping de Joinville para almoçar*³, como chamada de uma reportagem sobre o ato de insurgência de uma senhora que teria forçado sua entrada em um dos shoppings da cidade para fazer refeição. Lida no arquivo da pandemia, a reportagem é um gesto de interpretação do real cuja retórica e efeito de verdade fazem correlação imediata com o decreto nº 38.520, publicado no Diário Oficial do Município de Joinville nº 1472, no dia 23 de junho de 2020. Nas letras do decreto, lemos uma *ratio juris* que produz o corpo idoso como cerne de uma política de biossegurança,

O Prefeito de Joinville, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e XII do artigo 68, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que, nos termos da orientação técnica “Considerações sobre Medidas de Distanciamento Social e Medidas Relacionadas com as Viagens no Contexto da Resposta à Pandemia De COVID-19”, da Organização Mundial da Saúde, em situações de conglomerados de casos ou de transmissão comunitária, “o confinamento domiciliar pode ser aplicado a segmentos selecionados da população (por exemplo, idosos) ou à população em sua totalidade”;

CONSIDERANDO que, no Município de Joinville, aproximadamente 84% dos óbitos decorrentes de COVID-19 são de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

CONSIDERANDO que a vulnerabilidade da população idosa à infecção pelo vírus SARS-CoV-2 exige a adoção de medidas de proteção específicas para tal público;

[...]⁴

na qual a circulação, o controle e a vigilância do corpo idoso são instituídos e produzem uma subjetividade alvo de uma política em torno da vida. A COVID-19 reconfigurou as discursividades e as práticas governamentais, médicas, jurídicas, científicas e econômicas no Brasil aos termos de um biopoder, expressão de governamentalidade e condição histórica de possibilidade para “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 2006, p. 154).

E, na sequência do decreto, lemos:

Art. 1º Fica determinado o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos previstos neste Decreto, para restringir a circulação no Município de Joinville e evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população idosa.

³ <https://www.nsctotal.com.br/noticias/video-idosa-forca-entrada-em-shopping-de-joinville-para-almocar>.

⁴ Decreto disponível em: <https://sei.joinville.sc.gov.br>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

Art. 2º Fica permitido o deslocamento de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos somente para o desempenho de atividades estritamente necessárias, tais como:

- I- Desempenho de atividades laborativas;
- II- Comparecimento a atendimentos de saúde; e
- III- Aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Parágrafo único. A pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos deverá se deslocar, nas hipóteses previstas neste Decreto, munida de documento de identificação, para possibilitar a averiguação da sua idade pelo agente de fiscalização, sob pena de ser acompanhado até a sua residência para a devida identificação.

Art. 3º Incorrerão em descumprimento da medida de isolamento domiciliar as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos que interromperem o isolamento domiciliar, excetuadas as hipóteses excepcionais previstas no art. 2º.

A correlação entre o enunciado jornalístico e a ordem jurídica, de início, possibilita-nos uma descrição dos efeitos de sentido por meio de um gesto de leitura teórico-metodológico que faz incursão entre a estrutura linguística e o contexto macro enunciativo histórico da pandemia. Articulando-se a outras práticas discursivas e não discursivas, a matéria do jornal local produz o acontecimento como ato de insurgência e desobediência da senhora, usuária da praça de alimentação do shopping. Para o jornal, a idosa descumpriu a medida de isolamento social, produzindo-se, assim, o desacato, algo que, do nosso ponto de vista, configura-se como uma injunção de saber e poder, correlação biopolítica que se materializa numa forma de subjetivar pelo dizível e pelo visível (FOUCAULT, 2007; DELEUZE, 2005), pela regulação e pelo controle das condutas. Constituição subjetiva para além de um referencial fundamental de um enunciado jornalístico, pois a injunção dessas práticas produz o idoso como um corpo, alvo de uma polícia do isolamento, constituindo a senhora de Joinville como aquela que transgride a lei e descumpre as táticas de enfrentamento da pandemia.

É pertinente correlacionar a série enunciativa, aqui descrita, com a descontinuidade que atualiza entre nós uma série de práticas de controle social e tecnologias de poder que buscam disciplinar, vigiar e tornar dóceis nossos corpos (FOUCAULT, 1987). Em seu funcionamento, a racionalidade política possível com a pandemia da COVID-19 incide sobre o corpo idoso, tornando-o alvo privilegiado de um confinamento, acontecimento histórico e semiológico que desliza sentidos entre a preservação da vida e a restrição da liberdade social, cultural e econômica. Alguns veem nisso a privação do direito de ir e vir com a impossibilidade de circulação nos espaços de subjetivação aos quais estávamos acostumados. Para outros, sob a premissa fundamental e válida, recorrente em todos os lugares do mundo, o isolamento social é uma tática necessária para a diminuição da exposição ao novo coronavírus, uma política do “fique em casa” que, queiramos ou não, pediu-nos a renúncia necessária à maior parte das nossas experiências habituais.

Nessa tecnologia de governar, o idoso é centralmente atravessado por regulamentos, medidas, ações e efeitos de verdade, a exemplo da peça jornalística aqui em trabalho de análise, pois na cadeia significativa do enunciado jornalístico, uma axiologia é produzida. Lemos, em sua materialidade, um gesto de interpretação regido por relações de saber e de poder que constituem



em discurso a pessoa idosa como aquela que desacata e descumprir a lei forçando sua entrada na praça de alimentação do shopping.

A semiologia do desacato materializada na reportagem é produzida por uma função enunciativa jornalística em seu domínio associado. Em uma rede de memória, nas correlações no interdiscurso (FOUCAULT, 2007), lemos a produção de efeitos de veracidade, a exemplo da remissão ao decreto municipal joinvilense, que traz a estatística de que 84% dos óbitos por COVID-19 naquela cidade foram de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, marca etária e cronológica que ainda institui o sentido de idoso no Brasil⁵, silenciando outras tecnologias de si e modos de vida que marcam a subjetivação da pessoa idosa.

Em seu funcionamento, o gesto de interpretação jornalístico correlaciona-se com outras práticas de governamentalidade, como a citada lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, ato conjunto dos Ministros da Saúde e da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19. Em nosso percurso analítico, ressaltamos do decreto federal a semântica da definição de “distanciamento social”:

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Parágrafo único. As definições estabelecidas pelo Artigo 1 do Regulamento Sanitário Internacional, constante do Anexo ao Decreto nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, aplicam-se ao disposto nesta Lei, no que couber⁶.

Na discursividade da pandemia, estabelecemos pela escansão a regularidade no aparecimento dos significantes isolamento e quarentena. Morfologicamente podemos situá-los na classificação de substantivo comum, nome usado para referir-se a coisas, pessoas ou fatos, cuja natureza aponta para um significado lexical “decorrente de seu próprio estatuto categorial, estatuto definido basicamente pelas funções de denominação e de descrição da classe de referentes” (NEVES, 2011, p. 67). Trata-se, além disso, do mesmo processo de formação de palavras por derivação sufixal, diferenciando entre os dois a natureza semântica da derivação. Em isolamento, o sufixo agrega-se ao verbo isolar, cuja diacronia nos remete ao latim *insulae*, que significa ilha, efeito de sentido atualizado no contexto da pandemia da COVID-19 para representar ação de separar as pessoas sadias das pessoas contaminadas. Já na morfologia do substantivo

⁵ Cabe referência ao próprio estatuto do idoso, a título de ilustração, ao que é possível ler no seu artigo primeiro: “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (BRASIL, 2019, p. 07).

⁶ Publicado no Diário Oficial da União em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>.

quarentena, há um numeral na base da derivação sufixal, localizável na referência ao italiano *quaranta giorni*, por sua vez derivado do latim *quadraginta*, traduzido por quatro vezes dez ou quarenta, que no campo semântico infectologista, refere-se ao período de reclusão de pessoas saudáveis para evitar contágio e proliferação de doenças. No passado, acreditava-se ser o prazo de quarenta dias o período de observação necessário para determinar se uma pessoa estava ou não infectada, critério de controle sanitário usado, como sabemos, na época da peste negra, no século XIV, com número de mortos estimados em 200 milhões.

A historicidade desses efeitos de sentido é o que singulariza as funções de nomeação e de classificação referencial próprias aos dois substantivos em questão. Em correlação, os decretos e a matéria do jornal produzem um efeito metafórico, um deslizamento do sentido e da referência, pois é preferencialmente o idoso a ser nomeado e sujeitado ao isolamento domiciliar. Remetendo ao decreto nacional, o decreto de Joinville institui, no movimento histórico dos sentidos, essa centralidade no corpo idoso, entre a memória e o esquecimento, produz a subjetividade idosa como cerne da política de isolamento social. Ao abordar a constituição, a formulação e a circulação dos gestos de interpretação, Orlandi (1996, p. 83) vai dizer que, neste espaço simbólico entre a repetição e a diferença, “a historicidade está aí representada justamente pelos deslizos (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas. Fala-se a mesma língua, mas se fala diferente. Pelo efeito metafórico”.

Entre saudáveis a preservar e contaminados a isolar, a subjetividade idosa torna-se alvo, na maioria das vezes, colocada em discurso como grupo de risco constituído no acontecimento da pandemia, num ponto de encontro de uma atualidade e uma memória, premindo nossa análise a “abordar explicitamente o fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico” (PÊCHEUX, 2008, p.51). A constituição subjetiva do idoso nada tem de dado ou natural, posto que é uma elaboração, uma invenção na e pela discursividade, cabendo ao analista mostrar a opacidade do sentido, sua articulação com as condições históricas de sua possibilidade e suas regras de formação (FOUCAULT, 2007). No arquivo da pandemia, funcionam efeitos de sentido que giram em torno das ideias de isolar, deixar em quarentena, preservar a vida e manter a saúde, que materializam correlações de saber e poder próprias a uma política da verdade em torno da vida das pessoas velhas.

O decreto municipal joinvilense também está pautado nas recomendações da Organização Mundial de Saúde, instância de saber-poder central no acontecimento discursivo da pandemia. Em sua heterogeneidade constitutiva, a matéria do jornal NSC total produz a subjetividade idosa evidenciando sua vulnerabilidade à infecção pelo vírus Sars-Cov 2 e sua condição de corpo indócil e não sujeitado ao biopoder. Além disso, outra regularidade nessa objetivação da idosa como insurgente e desobediente, na reportagem assinada por Cláudia Morriesen, é a dimensão da heterogeneidade mostrada, como a categoriza Authier-Revuz (2004, p.12), evidenciado a dimensão intersubjetiva da enunciação no fio do discurso. Intersubjetividade pelo discurso indireto, no qual o enunciador estabelece efeitos de sentido no jogo da paráfrase e, assim, “fazendo uso de suas palavras, ele remete a um outro como fonte do sentido dos propósitos que ele relata.”. Ou, pelas formas do discurso direto, quando “são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação na frase” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.



12). Esse lugar do discurso do outro fica visível quando o gesto jornalístico faz ressoar a razão jurídica e administrativa, ou quando o uso das aspas singulariza efeitos de sentido na citação “ela prestou um desserviço”, atribuída à gerente da Vigilância Epidemiológica da cidade, Edilaine Pacheco Pasquali.

Outra recorrência que singulariza efeitos de sentido na posição do jornal NSC Total é o modo como a matéria se apoia nas próprias filmagens feitas pela pessoa que acompanhava a senhora na ocasião. E, nesse ponto, parece-nos inevitável insistir na descrição da polissemia em torno do próprio acontecimento, pois parece-nos que as filmagens feitas funcionam de modos distintos, no seu ponto de produção, como gesto que parte da própria senhora e, por outro lado, pela forma como são mobilizadas pela matéria jornalística. Antes, parece-nos oportuno deixar claro não se tratar de uma negativa nossa em relação à legitimidade das medidas de distanciamento social como respostas positivas ao enfrentamento pandêmico e nem colocar em causa o posicionamento do jornal em relação ao episódio. Trata-se, em específico, de um recorte teórico-metodológico em nosso percurso analítico com vistas a descrever a não-transparência e a opacidade dos sentidos nos jogos do discurso e no modo como a política do dizer institui uma disputa em torno da verdade e das subjetividades na pandemia.

Se, por um lado, a matéria se vale das filmagens para produzir um efeito de evidência no ato de insurgência da senhora, por outro, lido em sua constituição, a filmagem parece ter sido feita como uma espécie de contestação à privação da liberdade de ir e vir, pois pela audiovisualidade ouvimos a senhora dizer: “Eu vim aqui para almoçar. O decreto do prefeito permite que a gente compre comida, e eu quero comer”. Aqui, ao pressupormos o sentido como não fixo (ORLANDI, 2008; 2017) e o *a priori* histórico (FOUCAULT, 2007) como a condição *sine qua non* do exercício da função enunciativa e da sua compreensão, no tempo e no espaço, temos uma diferença, posto ser relevante pensar o gesto no qual a senhora pediu para ser filmada e, em paralelo, pensar nos usos da imagem realizados pelo gesto de interpretação produzido pelo jornal, colocando em posição referencial a idosa como ingovernável.

Em sua enunciabilidade e visibilidade, as filmagens feitas a pedido da senhora – e que circularam amplamente pela internet – apontam a possibilidade de uma leitura de seu ato como espécie de resistência e protesto. Na materialidade, vemos uma pessoa questionando uma restrição pelo fato dela ser idosa, numa postura de enfrentamento simbolizada pelo gesto de estar a todo o tempo com o dedo em riste durante a filmagem. O argumento da senhora impedida de se alimentar no espaço do shopping, por ter mais de 60 anos, joga com os efeitos de sentido do próprio decreto joinvilense, pois como se lê no inciso III do Art. 2º, há hipótese prevista para circulação de idosos para aquisição de produtos alimentícios e de saúde, possibilidade hermenêutica explicitamente evocada pela senhora pra justificar seu direito a estar ali com a finalidade de alimentar-se. No vídeo, vemos a senhora ser interpelada por monitoradores e/ou vigilantes do shopping, além de um jovem, que tentam convencê-la da proibição, em vão, pois a senhora força sua entrada e reitera só sair dali com a polícia.

O argumento da senhora, sustentado na hipótese excepcional prevista no art. 2º do decreto joinvilense, é objeto de outro deslize metafórico no enunciado jornalístico, e novo sentido se estabelece por meio de uma argumentação por retorsão. No jogo das discursividades, o jornal

apoia-se no próprio argumento da senhora e contra argumenta dizendo existir um erro de interpretação do decreto por parte da senhora. Na leitura do enunciado jornalístico, a contraposição e a desqualificação da postura da senhora são feitas a partir de uma ordem de discurso e de uma fala legitimada, vindo o discurso do outro ser acionado, pois como a matéria situa, a responsável pela vigilância sanitária da cidade vai explicar que a exceção prevista pelo decreto vale apenas para os casos em que a comida é comprada “para viagem”.

Como é possível notar, há toda uma política da verdade e o arquivo da pandemia é repleto de formas de dizer e fazer ver o idoso na pandemia. No recorte que fizemos, os diversos efeitos de sentido produzem jogos de repetição e diferença, de não transparência e de descontinuidade, próprios do arquivo, entendendo este como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2007, p. 147). Nessa visada, não há enunciado neutro e a neutralidade que soa na função enunciativa jurídica e jornalística é um efeito de sentido, uma estratégia retórica no dispositivo de isolamento social. Em outras palavras, a discursividade da pandemia possui como condição histórica de possibilidade articulações de saber e poder biopolíticas nas quais a saúde do idoso é alçada à condição de referente de uma governamentalidade e de uma gestão da verdade em que a subjetividade e os modos de vida são alvos centrais de práticas discursivas e não discursivas.

3. Corpo idoso, grupo de risco: segunda escansão analítica

Neste ponto da escrita da análise, Birman (2015), em um ensaio sobre velhice e biopolítica, antecipa nossa análise ao fazer a arqueologia e a genealogia da noção de terceira idade. Para o psicanalista, o significante “terceira idade” é um valor no discurso científico, tornado possível a partir dos anos 1980, numa historicidade que institui descontinuidades no modo como a pessoa idosa transita entre discursividades e práticas muito diversas.

Atualmente, rupturas no âmbito das sociabilidades e das relações de saber e poder possibilitam ao envelhecimento transitar do registro do singular para o plural, numa diversidade de formas de pensar a vida da pessoa idosa, tornando possível reconhecer múltiplas formas de ser e estar no envelhecimento, “uma vez que a figura da velhice se desdobrou efetivamente em diversas possibilidades de ser e de existir, multiplicando, pois, suas formas de presença no campo do discurso” (BIRMAN, 2015, p. 1268). Em resumo, a tese do psicanalista é a de que hoje os modos de ser sujeito na velhice possibilitam a inserção desse grupo etário em discursividades e práticas diversas, como experiência subjetiva cada vez mais ativa e adaptada às transformações culturais do nosso tempo.

A singularidade do modo como a subjetividade idosa ganha na contemporaneidade mais dizibilidade e visibilidade está atravessada, conforme Birman (2017) pontua em outro ensaio, aos avanços da medicina e de um discurso biológico no decurso daquilo que o autor coloca como o grande efeito da biopolítica: a regulação social pela medicalização da população. Conforme acentua Birman (2017), foi com a medicina clínica e a medicina social que houve na passagem



do século 18 para o século 19 o processo de medicalização do Ocidente, ruptura histórica e semiológica pela qual “o espaço social na sua totalidade passou a ser regulado pelo dito processo. O que implica dizer que a cura, como valor, passou a ocupar o lugar antes ocupado pelo ideário da salvação” (BIRMAN, 2017, p. 263).

A biopolítica instaura múltiplas táticas e discursividades no campo dos saberes e das correlações de poder, girando em torno da vida, da morte e do trabalho, sobretudo na modernidade, quando o governo dos vivos busca cada vez mais dinamizar a experiência e produzir corpos úteis, saudáveis e economicamente ativos. É nessa historicidade que devemos acompanhar, nas últimas décadas, o advento da noção de terceira idade tornando possível à imagética da velhice deslocamentos: “de figura silenciosa, solitária, invisível e esquecida no espaço da família, em suas novas configurações os velhos passaram a ter uma intensa experiência social” (BIRMAN, 2015, p. 1269).

A irrupção histórica da ideia de terceira idade nas últimas décadas, como significante e como significação no discurso científico, decorre de uma série de transformações sociais, políticas, éticas e estéticas, tornando possível pensar a velhice não mais como o fim da vida, e sim, como afirma Birman (2015), como uma nova etapa da vida, na qual as pessoas idosas estabelecem outras relações com o mundo e passam a se subjetivar diferentemente. Ainda para o autor, pensar essa ruptura em sua historicidade implica situar que, desde o período clássico, o laço entre a velhice e a morte produz uma visão na qual “a involução biológica e inevitável da vida que ocorreria na velhice se desdobraria e se plasmaria inequivocamente na degeneração da vida” (BIRMAN, 2015, p. 1273), numa espécie de determinismo biológico que metaforiza velhice com a degeneração do corpo físico e com a realidade da morte, “conjugando de maneira concisa e fundada cientificamente os laços entre a velhice e a morte estabelecidos desde a Antiguidade” (BIRMAN, 2015, p. 1273).

É desse modo que podemos situar a centralidade da constituição da subjetividade idosa na biopolítica (FOUCAULT, 2006) da pandemia, pois o corpo idoso é um dos alvos centrais na dispersão enunciativa de um arquivo inserido no campo de forças que demarca a regulação social da vida e da saúde da população. Birman (2015) vai situar na modernidade a intensificação da metaforização da velhice como fim da vida, pois os velhos passaram a não mais ter lugar em uma sociedade marcada pela industrialização. A saúde da população tornou-se interesse das artes de governar à medida que interessava a constituição da riqueza da nação, calculada também a partir da educação. Assim, boa saúde e boa educação, antes relegadas apenas às famílias ricas, passam a ser ampliadas para toda a população com fins de regulação social. Nesse contexto, crianças e jovens tornaram-se centralmente valoradas, ativas e visíveis no corpo social, implicando com isso o obscurantismo da velhice, que assumia traços negativos, pois, “em consequência desse amplo processo social, político e econômico, a figura do velho foi representada como sendo negativa no Ocidente, destituída que era de qualquer qualificação social e econômica” (BIRMAN, 2015, p. 1275).

Para os nossos propósitos, continuamos no empreendimento de Birman (2015), quando o autor lembra a época clássica como temporalidade na qual a velhice representava o poder de expressar a memória coletiva de uma comunidade. É no decurso da destituição histórica desses

valores da tradição, potencializada com o avanço do capitalismo industrial exaltador de valores como saúde, jovialidade e produtividade, que a velhice vai mais ainda produzir efeitos de sentido, semelhando-se à morte. Contudo, como conclui Birman (2015, p. 1279), é no decurso das transformações culturais e dos avanços da medicina, “que o prolongamento da vida biológica acabou por promover uma reversão parcial da condição social e simbólica da velhice na contemporaneidade”.

A problematização da velhice na pandemia, como parcela da população centralmente abarcada pela racionalidade biopolítica, possibilita entender como o sujeito idoso volta a ser referente fundamental nas discursividades. É esse aspecto do arquivo da pandemia que vamos agora acentuar para situar como as discursividades da medicina e da biologia regulam a produção da subjetividade idosa na pandemia. Para tanto, aceitamos a premissa de que a produção e a circulação das discursividades passam pela instância do controle, do ritual e da ordem do discurso. Ao abordar as articulações entre o linguístico e o extralinguístico, Foucault (2009) acentua ser o discurso na sociedade um objeto de desejo, aquilo pelo qual as relações de saber-poder se engajam para ganhar voz e visibilidade. O acontecimento discursivo da pandemia evidencia o funcionamento de uma sociedade e de uma cultura balizadas por uma vontade de verdade da interpretação inequívoca e do sentido uno, possibilitando-nos situar o modo como a velhice tornou-se objeto por meio do qual as enunciações se fazem na tensão com o imaginário e o real (ORLANDI, 2017), para dotar de sentidos a experiência subjetiva no contexto de uma política da vida e da morte.

Há na dispersão enunciativa da pandemia uma regularidade discursiva que constitui o idoso como grupo de risco e alvo de uma política que controla, separa, vigia e hipermedicamentaliza o corpo idoso. Uma série de infográficos⁷ da OMS é representativa da centralidade do corpo idoso nas discursividades do arquivo da pandemia.

Ao informar sobre as características principais desta síndrome de insuficiência respiratória, o infográfico 01, publicado em 13 de março de 2020, em grande parte organizado pelo uso de verbos no imperativo, estabelece uma série de parâmetros de identificação e/ou prevenção da contaminação: “adultos com 60 anos ou mais”, diz o infográfico, ressoando uma regularidade do saber que não parou de se instituir na pandemia, dando ares de veridicidade à marcação do idoso como alvo principal de contaminação e de agravamento da doença. Significação instituída em todos os níveis discursivos, produzindo um trajeto temático no qual o modificador “com 60 anos ou mais” não cessa de objetivar, sujeitar e produzir uma vulnerabilidade do corpo idoso às artes de governar em tempos de pandemia.

Os infográficos 02 e 03 publicados em 07 de abril de 2020, no site da OPAS/OMS, dão visibilidade às mesmas regulações da conduta do idoso ou das pessoas que convivem ou cuidam de pessoas idosas. Evidenciam-se, como regularidade linguística, os verbos no modo imperativo afirmativo que na instância da enunciação produzem o efeito de sentido de um saber-poder que regula, ordena, aconselha e adverte os modos de ser e estar do idoso na pandemia. Há duas diferenças significativas nessa regularidade linguística, a primeira delas manifesta-se na última

⁷ Os três infográficos trabalhados nesta sequência da análise estão disponíveis em: <https://www.paho.org/pt/infograficos?topic=All&d%5Bmin%5D=&d%5Bmax%5D=&page=1>. Último acesso em 20 de dezembro de 2020.



FIGURA 1. Infográfico COVID-19 doença causada pelo coronavírus 2019: Informe-se

Fonte: OPAS <<https://www.paho.org/pt/documents/infographic-COVID-19-coronavirus-disease-2019-be-aware>>. Acesso 20 dez. 2020.

advertência do infográfico 02, iniciada por uma negativa em “Não se sinta sozinho”, evidenciando na materialidade o pressuposto de que o idoso necessariamente se sente solitário, efeito de sentido que, como vimos (BIRMAN, 2015), tem como condição de possibilidade histórica as imagens de descaso e desamparo que atravessam o corpo idoso.

Além disso, o modo de pensar o idoso na pandemia, que se materializa no infográfico 03, produz um investimento em torno da pessoa idosa no sentido de produzir uma subjetividade que deve se ajustar ao distanciamento social. Institui-se um saber-poder que busca potencializar a experiência subjetiva dos velhos, convocando-os a assumir formas de contato virtual para não se sentirem sozinhos, devendo reinventar suas condutas e passar a fazer uso das mídias e das formas de relacionamento virtuais, sujeitando-se, assim, a toda uma demanda de saber-fazer que a pandemia normalizou e acentuou, sobremaneira para os idosos, como a forma de sociabilidade no contexto da pandemia.

A segunda particularidade do imperativo afirmativo dos infográficos localiza-se, como é possível ler, no último item do infográfico 03, cuja ordem sintática direta é invertida para topicalizar uma oração subordinada que enfatiza uma condicionalidade: “Se seu ente querido está em uma instituição de longa permanência, evite as vistas”. A ênfase linguística leva-nos a uma historicidade de longa duração e a toda uma atualização da situação do idoso em situação de exclusão e, muitas vezes, de descaso por parte da família. Dizendo de outra forma, uma tecnologia do

FIGURA 2. Infográfico COVID-19

Formas de se preparar e se proteger indivíduos com 60 anos ou mais e/ou pessoas que apresentam doenças pré-existent



Fonte: OPAS <<https://www.paho.org/sites/default/files/2020-04/thumbnail-preexisting-port.png>>. Acesso 20 dez. 2020.

eu idoso é colocada em discurso, uma arte de si é visibilizada como um ideal de conduta a ser seguido, regulado por uma política em torno da vida e da saúde da população idosa por um atravessamento de saber-poder específico que toma forma no contexto da pandemia.

Editados nos primeiros meses da pandemia, os três infográficos dão o tom de uma verdade a ser aceita e seguida. Positivadas e legitimadas em diversas ordens do discurso, como medidas de prevenção e diminuição das curvas de contágio, o isolamento e a quarentena vivenciados atualmente devem ser pensados em suas discontinuidades, como aspectos de biopoder que incidem com mais força no corpo idoso. Em suas condições de possibilidade e regras de formação, as práticas discursivas aqui descritas devem ser pensadas em toda a sua arquitetura e no que elas dizem e fazem ver: os modos como os idosos devem se conduzir como sujeitos no enfrentamento da atual crise sanitária e epidemiológica.

É nesse aspecto que vemos se instituir modos de subjetivação do idoso na pandemia numa pluralidade de imagens. As materialidades discursivas mostram que ser idoso na pandemia requer mais sacrifícios e esforços deste grupo etário, se compararmos ao modo como os demais grupos são colocados como referentes no arquivo da pandemia. No centro de uma governamentalidade que faz da saúde da população uma forma de controle social, a subjetividade idosa

FIGURA 3. Infográfico COVID-19

Formas de ajudar as pessoas idosas e/ou com doenças pré-existentes que vivem sozinhas



Fonte: OPAS <<https://www.paho.org/pt/documentos/infografia-10-formas-ayudar-personas-mayores-yo-con-enfermedades-subyacentes-que-viven>>. Acesso 20 dez. 2020.

é produzida como aquela que primeiro deve ser isolada e, ao mesmo tempo, a que mais necessita ajustar-se às novas tecnologias do mundo pandêmico.

4. Biopolítica, discursividade e verdade: terceira escansão analítica

Nas discursividades da pandemia, ressoa recorrente o significante idoso como metonímia de um corpo social que precisa ser regulado. No arquivo da pandemia, os idosos são sujeitos vulneráveis ao poder-saber e ao mesmo tempo capazes de se ajustar às estratégias de distanciamento e isolamento adotadas pelos governos estaduais e municipais do Brasil, que se esforçam para promover táticas biopolíticas. Nisto, o acontecimento discursivo da pandemia tornou possível dizer, ver e viver outro modo de vida, pois a dinâmica viral redefiniu para a maior parte da população mundial as dinâmicas do dia a dia. Um cenário de biossegurança e hiper medicalização da vida correlacionadas ao que Rose (2013) denomina de forma de vida emergente, caracterizada por mudanças singulares que conduzem e transformam as subjetividades idosas a partir da relação entre a vida desses sujeitos e o bem-estar da população. Ou seja, os discursos de verdade que permeiam a vida dos idosos em tempo de pandemia estão inseridos em uma ordem dis-

cursiva traduzida por: “Para a segurança de todos, fique em casa”, máxima que, conforme vimos nos dois passos analíticos anteriores, recai visivelmente com mais peso sobre os modos de vida daqueles com sessenta anos ou mais.

As discursividades produzidas em torno destes sujeitos são inúmeras – idoso, velho, velhote, novo idoso, terceira idade – significantes que são apontados e estudados por vários pesquisadores (BLAIKIE, 1999; DEBERT, 1999; BIRMAN, 2015), que enfatizam seus aspectos sociais, históricos, culturais, políticos e o modo como essas expressões são responsáveis por incluir/excluir do cenário social os sujeitos velhos. Tanto no caso do shopping de Joinville, como nos infográficos da OMS, lemos como se desdobra um vocabulário e uma semântica da pandemia que devem ser analisados nas articulações de saber, poder e subjetividade em torno da vida e da morte, possíveis com o advento da pandemia da COVID-19.

No arquivo da pandemia, as modalidades de enunciação buscam a última palavra ou o efeito de verdadeiro sobre como o idoso deve se constituir como sujeito no enfrentamento da pandemia, visto que os gestos de interpretação não param de surgir e dotar de sentidos o que deve ser a conduta dos idosos em tempos de quarentena e distanciamento social.

Nas discursividades da pandemia, uma reinvenção da velhice está em curso, com novos enfrentamentos, novas formas de ajustamento às dinâmicas de biossegurança e aos saberes sociais. É a linha de raciocínio seguida por Mirian Goldenberg, em um recente texto⁸, no qual a antropóloga argumenta que o Brasil é um país velhofóbico no qual a cultura parece impor uma morte simbólica às pessoas com mais de 45 anos, que não teriam mais capacidade de operar transformações em suas vidas. Parece-nos, pois, que a pandemia vem jogar mais luz sobre esse efeito de sentido em torno das pessoas com mais idade, rapidamente alçadas à condição de vulneráveis física e socialmente.

A pandemia trouxe mudanças incontestáveis para todas as pessoas, tanto para aquelas que puderam se valer do distanciamento social como medida preventiva, como para aquelas que, por situações inúmeras, só agravaram sua vulnerabilidade social. Aos idosos, mais rigor é dado em relação às práticas de distanciamento social, privação de ir e vir e, mais, ajustamento às tecnologias da vida em meio virtual, por exemplo, como deixam ler os infográficos apresentados anteriormente. De um modo geral, a pandemia produz um sujeito idoso excluído, vigiado e regulado, imagética que atravessou, como vimos, o episódio de Joinville.

Em outro gesto de interpretação⁹ dos modos de subjetivação do idoso em tempos de pandemia, Nara Siqueira escreve sobre como os idosos estão vivendo a pandemia. Em seu texto, apesar de escrever que “não há receita de bolo para conduzir esse processo de quarentena com idosos”, a autora do artigo vale-se da própria experiência com os avós e acaba por produzir efeitos de sentido que acentuam a ideia de vulnerabilidade física e emocional dos mais velhos. Ao se referir ao avô, como alguém que no início da pandemia negava a gravidade do vírus e vez ou outra “dava uma saidinha, e ao lembrar de como foi o letramento digital da avó com as chamadas por vídeo,

⁸ <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/12/03/envelhecimento-no-brasil-e-morte-simbolica-e-precisamos-combater-velhofobia.htm>.

⁹ <https://vidasimples.co/conviver/a-relacao-com-os-idosos-em-tempos-de-quarentena>.

Nara Siqueira inscreve-se numa ordem discursiva interessada em saber dizer e saber ver como agem e/ou como devem agir os mais velhos em tempos de COVID-19. E, nesse sentido, materializa-se, mais uma vez, o fato de a discursividade da pandemia possui como a priori histórico, nos termos foucaultianos, uma política em torno da vida e da preservação da saúde da população. E não por acaso, como vimos com Birman (2017), uma biopolítica possível na descontinuidade do saber e do poder, na legitimação de discursos e práticas da medicina e da biologia que lançaram luz sobre a vida e a saúde da população, contribuindo para sua tomada como objetos das artes de governar.

Na série enunciativa constitutiva do nosso material de análise, materializa-se uma dispersão enunciativa aberta a falhas, incoerências, atravessamentos e contradições constitutivas do sentido, isto porque, como nos ensina Foucault (2007, p. 145), “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho.” É pertinente entender como o acontecimento discursivo da pandemia reconfigura as discursividades e as práticas em torno da velhice, produzindo uma singularidade histórica no modo como estamos vivenciando transformações nos modos de pensar, viver e dizer a vida das pessoas idosas no atual cenário pandêmico.

5. Considerações finais do percurso analítico

Nas discursividades da pandemia, há regularidades nos modos de definir o que é ser idoso. Mesmo no modo geral como são pensadas e dadas a ver as subjetivações na velhice, diversos e distintos são os investimentos de saber e do biopoder sobre a subjetividade idosa, tornando a problemática da velhice nos arquivos da pandemia e da biopolítica uma questão fundamental do nosso tempo.

Nos enunciados analisados, uma disputa pela verdade do sujeito idoso se instaura, inscrevendo-se no corpo idoso a centralidade de uma política em torno da vida e da saúde da população em tempos de COVID-19. Essa tem sido a regularidade discursiva fundamental que perpassa o trajeto dos sentidos em torno da experiência subjetiva dos velhos neste contexto de enfrentamento vivenciado em escala global. O acontecimento discursivo da pandemia regula sentidos sobre como cada sujeito deve se constituir como experiência de enfrentamento à pandemia, uma vez que a COVID-19 não mata “apenas” idosos, acentuando a singularidade das relações de saber e poder que se materializam nos enunciados que trouxemos para a análise.

Tendo como regras de formação as dinâmicas médicas, governamentais, econômicas e culturais no contexto da pandemia da COVID-19, constituímos como conjunto de enunciados que circularam no Brasil tematizando a pessoa idosa. Em suas correlações, em outro rápido arremate, vimos o quanto se faz regular o modalizador “60 anos ou mais”, contrapondo-se, por exemplo, ao estabelecido pela Sociedade Italiana de Geriatria e Gerontologia, que declara idoso o adulto com 75 anos, pois nesta idade o sujeito ainda possui as funções cognitivas e físicas de 30 anos atrás. Ou ainda, ao que estabelece o Escritório Nacional de Estatística do Reino Unido, em 2019, recomendando que a idade de uma pessoa idosa seja alterada de 65 anos para 70 anos. No Brasil, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003), embora considere um adulto idoso aos 60 anos, estabelece que alguns direitos só serão concedidos para quem tem mais de 65 anos.



Reesoando ainda o que pontuou o psicanalista Birman (2015), as questões relacionadas à velhice passaram a ser alvo do saber, em especial o da medicina que passou a se ocupar do ser e do estar dos idosos na sociedade. Na contemporaneidade, o olhar para os idosos não se restringiu apenas a orientações terapêuticas e medicamentosas, pois toda uma vontade de saber em torno da vida do idoso ocupou-se, também, de diferentes registros que tematizaram a velhice no campo social e ético, interferindo positivamente para que os idosos passassem a ter outras configurações sociais, como assinala Birman (2015), tornando possível a velhice como objeto de discurso em práticas científicas e sociais diversas.

A existência de uma infinidade de técnicas e estratégias para a gestão individual da vida impulsiona os idosos a se equiparem de uma rede de discursos que vão mudar seu modo de ser, pensar, agir e transformar suas subjetividades. Desse modo, a atualidade possibilitou ao idoso ser reconhecido como sujeito e agente de si mesmo e como aquele que vai conduzir a si mesmo e controlar seu corpo, alma e a maneira de agir (FOUCAULT, 2004). Em síntese, podemos assinalar que é em torno dessa experiência contemporânea da velhice que as práticas da biopolítica investem para produzir uma subjetividade que possa ser regulada e controlada pelas tecnologias de governo da vida e da saúde.

Como foi mostrado neste estudo, os enunciados em torno da velhice na pandemia buscam estabelecer uma relação de saber e poder específica, diferenciando o idoso dos demais em tempos de quarentena e distanciamento. Para além do fato de que cada pessoa idosa esteja vivendo ao seu modo a experiência do isolamento, o que temos lido é uma espécie de discurso massificador que não dá visibilidade ao fato de que os sujeitos envelhecem de formas diferentes e cada um está ao seu modo enfrentando a pandemia. Outro ponto a ser considerado é o fato de que muitos idosos perceberam, no acontecimento da pandemia, uma forma singular de tornar-se idoso, pois entre a *ratio juris* e a experiência concreta de si, assumir a condição de vulnerabilidade e a perspectiva de finitude em vista de um vírus é um enfrentamento para a pessoa idosa que excede a questão do contágio do vírus SarsCov-2.

A pandemia possibilitou a constituição de um discurso de distanciamento e de isolamento em meio às informações no noticiário, falas de especialistas e autoridades políticas, formando uma espécie de patrulha da verdade em diversificados artefatos midiáticos. Como vimos, muitos são os efeitos de sentido em torno dos modos de subjetivação dos idosos constituídos nessa governamentalidade de confinamento domiciliar, atualizando significados que materializam relações de saber e poder singularmente históricas em torno da experiência subjetiva do idoso.

Acreditamos que as discursividades e os regimes de verdade que constituem modos de ser idoso na pandemia estão sintetizados no dizer da geriatra Claudia Burlá já transcrito no início do nosso artigo: “esta é uma situação de guerra, o idoso tem que ficar em casa”¹⁰, uma espécie de dizer saber-poder cuja historicidade remete aos esquemas disciplinares do final do século XVIII, como nos mostra Foucault (1987) em *Vigiar e punir*, sobretudo, os modelos de exclusão dos indesejados socialmente.

¹⁰ <https://www.mediapress.com.br/esta-e-uma-situacao-de-guerra-o-idoso-tem-que-ficar-em-casa-afirma-geriatra>.



Ao discutir a formação de dispositivos disciplinares, Foucault (1987, p. 222) remonta ao contexto da peste para mostrá-la para além de uma divisão entre uns e outros, pois ela “recorre a separações múltiplas, a distribuições individualizantes, a uma organização aprofundada das vigiâncias e dos controles, a uma intensificação e ramificação do poder.” Hoje, o cenário da pandemia manifesta múltiplas tecnologias de saber e poder que estabelecem a divisão não apenas entre os que estão contaminados ou não, mas sobretudo, entre os que são idosos e os que são jovens, efeito de sentido representativo das discursividades aqui trabalhadas e que se ilustra em especial pelo uso da sequência discursiva o “idoso tem que” enunciada por uma voz autorizada e enfatizada pelo site G1 que, ao registrar o dizer da médica, noticia: “doutora em bioética e referência nacional”.

Para finalizar, retomemos os argumentos de Birman (2015) acerca dos deslocamentos que ocorreram nas formas de subjetivação de idosos a partir do surgimento do significante e do conceito moderno de terceira idade. Sobretudo, quando o psicanalista realça que o contexto da contemporaneidade fez emergir a possibilidade de uma representação da velhice como sendo marcada pela alegria e ainda atravessada pela potência da vida. Partindo daí, buscamos entender as descontinuidades históricas possíveis no contexto desta pandemia em que os idosos são atravessados por discursos de recolhimento e isolamento social, sendo constituídos como indivíduos vulneráveis, corpos a serem vigiados, fragilizados emocionalmente, tendo que, paradoxalmente, se adequarem a uma infinidade de tecnologias e formas de vida historicamente advindas com o acontecimento discursivo da pandemia.

Estabelecer em mais detalhes as causas históricas, políticas, econômicas e sociais deste investimento discursivo do biopoder sobre a subjetividade idosa é um movimento analítico do qual este artigo foi apenas um intento para que outros sejam possíveis.

REFERÊNCIAS

- Authier-Revuz, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **História, ciências, saúde**. Mangueiras, Rio de Janeiro, v.22, n.4, p. 1267-1282, out.-dez. 2015.
- BIRMAN, Joel. Arquivo da biopolítica. In: **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 253-276, 2017.
- BLAIKIE, Andrew. **Ageing and popular culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BRASIL. Ministério da saúde. **Estatuto do Idoso**. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- Diário Oficial da União. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 10 out. 2020.



- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis/RJ: Editora vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ditos & escritos V**; Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A vontade de saber; vol. I História da sexualidade**. Rio de Janeiro, Graal, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- MORRIESEN, Cláudia. VÍDEO: idosa desrespeita decreto e força entrada em shopping de Joinville para almoçar. A direção do shopping acionou a polícia e a Vigilância Sanitária de Joinville e a mulher poderá ser penalizada. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/video-idosa-forca-entrada-em-shopping-de-joinville-para-almocar>. Acesso em: 10 out. 2020.
- NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde. Infográficos. Disponíveis em: <https://www.paho.org/pt/infograficos?topic=All&d%5Bmin%5D=&d%5Bmax%5D=&page=1>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde. Infográficos. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/infographic-covid-19-coronavirus-disease-2019-be-aware>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 1996.
- ORLANDI, Eni. P. **Texto e discurso**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- ORLANDI, Eni. P. **Eu, tu ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo, Paulus, 2013.
- SIQUEIRA, Nara. A relação com os idosos em tempos de quarentena. Disponível em: <https://vidasimples.co/conviver/a-relacao-com-os-idosos-em-tempos-de-quarentena>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- Sistema Eletrônico de Informação. Decreto. Disponível em: <https://sei.joinville.sc.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2020.
- TAVARES, Mariza. Media Press. Esta é uma situação de guerra. O idoso tem que ficar em casa”, afirma geriatra. Disponível em: <https://www.mediapress.com.br/esta-e-uma-situacao-de-guerra-o-idoso-tem-que-ficar-em-casa-afirma-geriatra>. Acesso em: 15 out. 2020.
- Viva Bem. Mirian Goldenberg: “Envelhecimento no Brasil é visto como morte simbólica”. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/12/03/envelhecimento-no-brasil-e-morte-simbolica-e-precisamos-combater-velhofobia.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

